



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa nº 1048 - Jd. das Rosas - CEP 14150-000 - Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987 - 1320 / 3987 - 2268

camaraserrana@terra.com.br | CNPJ: 49.230.600/0001-35

REQUERIMENTO Nº 134/2019

REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL PARA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 05/2019 - EXECUTIVO MUNICIPAL

APROVADO

Serrana, 21 de 05 de 19

PRESIDENTE

Senhor Presidente,

REQUEREMOS, na forma regimental, com base no artigo 130, inciso VII e, subseção II, Dos Requerimentos Escritos e com base no art. 195, sujeitos à deliberação do Plenário do Regimento interno desta Casa de Leis, urgência especial para tramitação do Projeto de Lei nº 05/2019, Executivo Municipal – Altera dispositivos da Lei nº 851/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de Maio de 2019.

Ver. Adriano Netto Soares

Ver. Ailton da Paixão Ferreira Nunes

Ver. Ailton José Bis

Ver. Célio Francisco dos Santos

Ver. Dewilson Braga dos Reis

Ver. José Atahyde Baldrini Bidinello

Ver. Lúcia Rosa da Silva Poiares

Ver. Marisa Luciana de Oliveira

Ver. Maria de Fátima F. do Bem

Ver. Ricardo Adriano de L. Farias

Ver. Rubens Clayton de Carvalho

Ver. Thiago Henrique de Assis

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176

CEP 14.150-000 – Serrana - SP

www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



Governo Municipal de
SERRANA
Administração 2017-2020

MENSAGEM Nº 13/2019

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o anexo Projeto de Lei nº 05/2019 que **ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 851/2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Como cediço a Lei 851/2001, que cria o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras disposições, o artigo 25 fixa o valor da remuneração dos Conselheiros em 1.961,68 (um mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) preconizando ainda o reajuste sempre na mesma época e proporção dos servidores Municipais.

Destarte, considerando o reajuste dos servidores públicos Municipais concedido na proporção de 3,55% (três vírgula cinquenta e cinco por cento), pela Lei Complementar nº 516/2019, apresentamos o presente Projeto para reajustar a remuneração dos Conselheiros Tutelares de conformidade com o que dispõe a legislação regulamentadora, passando para R\$ 2.031,32 (dois mil e trinta e um reais e trinta e dois centavos) e retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

Assim, por ser matéria urgente, e de relevante interesse social, solicitamos sua apreciação nos termos do artigo 47 da LOM de Serrana.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
14 de maio de 2019

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Denis Donizete da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Serrana-SP





PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176

CEP 14.150-000 – Serrana - SP

www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



Governo Municipal de
SERRANA
Administração 2017-2020

PROJETO DE LEI Nº 05/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANA
APROVADO EM 21/05/19
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Denis Donizeti da Silva
Vereador

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 851/2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 25, da Lei nº 851/2001, de 12 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO X

DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

“Art. 25 É fixado aos membros do Conselho Tutelar uma remuneração no valor de R\$ 2.031,32 (dois mil, trinta e um reais e trinta e dois centavos), reajustável sempre na mesma proporção e época dos reajustes do Funcionalismo Municipal.

...”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e validade a 1º de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D’ALVA

14 de maio de 2019.

Valério Antonio Galante
VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Serrana
Comprovante de Protocolo



Protocolo N.º 0372-2019
Projeto de Lei do Executivo 00005-2019
20/05/2019 15:32:32

Camilly
Camilly



Prefeitura Municipal de Serrana

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves nº 176 – CEP 14150-000 – Serrana – SP

www.serrana.sp.gov.br – E-mail: majo@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 3987.9244

Ofício SAF 70/2019

Serrana, 13 de Maio de 2019.

Considerando o aumento autorizado a todos os servidores públicos municipais através da Lei Complementar nº 516/2019;

Considerando que os conselheiros percebem a remuneração com o valor discriminado pela Lei nº 1824/2017;

Solicito que enviem ao Poder Legislativo lei que autorize o aumento dos conselheiros tutelares para o total de R\$ 2.031,32 (Dois Mil e Trinta e Um Reais e Trinta e Dois Centavos) retroagindo ao primeiro dia do mês de Abril de 2019.

Sem mais, atentamente.


MARIA JOSÉ JURI

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Dr. Adriano Pucinelli

Diretor Geral da Assessoria de Negócios Jurídicos e Secretaria Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176
CEP 14.150-000 – Serrana - SP
www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



LEI N.º 1.824/2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 851/2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 25, da Lei nº 851/2001, de 12 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO X

DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

“Art. 25 É fixado aos membros do Conselho Tutelar uma remuneração no valor de R\$ 1961,68 (um mil novecentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos), reajustável sempre na mesma proporção e época dos reajustes do Funcionalismo Municipal.

Parágrafo Único. Além da remuneração, ao Conselheiro Tutelar em exercício de sua função, será concedido auxílio alimentação.

§ 1º. O auxílio alimentação poderá ser concedido na forma de cesta básica ou de vale alimentação, com valor equivalente e reajustável na mesma proporção e época do Funcionalismo Municipal.

§ 2º. A cesta básica ou o vale alimentação será fornecido aos Conselheiros Tutelares, até o dia vinte de cada mês, devendo ser retirado somente pelo beneficiário e mediante assinatura em recibo de entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176
CEP 14.150-000 – Serrana - SP
www.serrana.sp.gov.br - info@serrana.sp.gov.br - 16 3987 9244



§ 3º. Não será concedido o benefício ao Conselheiro Tutelar que faltar injustificadamente no respectivo mês, sofrer penalidades, assim como necessitar de afastamento de suas funções, que careça a convocação de seu suplente, destacando as seguintes condições:

- I. que se encontrar em gozo de qualquer tipo de licença que necessite à convocação de Conselheiro substituto;
- II. que se encontrar em gozo de férias;
- III. em afastamento por motivo de penalidade de suspensão disciplinar;

§ 4º. O vale alimentação será pago de forma proporcional aos dias trabalhados no mês.

§ 5º. Sendo o membro funcionário público municipal fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.”

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, sem comprometimento do percentual máximo em vigor.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
14 de setembro de 2017.


VALÉRIO ANTONIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

ARQUIVADA NA SECRETARIA GERAL DA PREFEITURA
PUBLICADA NO SITE WWW.SERRANA.SP.GOV.BR


JOÃO LUIS MOTTA ARDENGHE
Secretário Municipal de Administração e Finanças



Prefeitura Municipal de Serrana ¹

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

LEI N.º 851/2001

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I SEÇÃO I DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica criado, pela presente lei, o Conselho Tutelar com a finalidade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º O Conselho Tutelar, é o órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, estando suas atividades restritas à competência territorial.

Art. 3º O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, escolhidos pelos cidadãos do município, para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição.

Art. 4º O exercício da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.



Prefeitura Municipal de Serrana ²

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 5º A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I- pelo domicílio dos pais ou responsáveis da criança ou adolescente assistido;

II- pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsáveis.

§ 1º No caso de ato infracional praticado por criança ou adolescente, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução de medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsáveis do lugar onde sediar a entidade que abrigar a criança ou o adolescente.

SEÇÃO III DAS CANDIDATURAS E DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 6º O processo de eleição dos conselheiros tutelares far-se-á sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público, conforme preceitua o art. 139 da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 1º O CMDCAS – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Serrana, designará comissão, formada dentre os seus componentes, para desenvolver e aplicar o processo de escolha dos candidatos a membros dos conselhos tutelares.

§ 2º Os casos de impugnação de candidaturas serão julgados, no prazo de 03 (três) dias úteis, pela Comissão referida no parágrafo anterior, restando reservado ao CMDCAS, por outra comissão a ser formada, a apuração de recursos pertinentes a tais decisões, bem como o julgamento dos atos infracionais dos membros da comissão responsável pelo processo de escolha dos candidatos.

§ 3º Os procedimentos para escolha dos conselheiros tutelares serão objeto de resolução do CMDCAS que norteará os trabalhos da comissão, a qual poderá versar sobre a realização de cursos a serem ministrados aos candidatos, condicionando o registro da candidatura dos mesmos à participação e conclusão destes.



Prefeitura Municipal de Serraana ³

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

Art. 7º Os conselheiros tutelares serão eleitos pelo voto direto, facultativo e secreto de pessoas da comunidade local, em pleno gozo de seus direitos políticos.

§ 1º Poderão votar as pessoas da comunidade que tenham no mínimo 16 anos completos e residam no município.

§ 2º Os eleitores deverão apresentar no ato da votação, o título de eleitor ou documento de identidade e comprovante de residência.

Art. 8º A escolha será por voto direto e secreto, podendo o eleitor votar em até 5 (cinco) candidatos.

Art. 9º As candidaturas serão individuais

I- Os candidatos deverão apresentar a documentação exigida nos termos desta Lei ao CMDCAS ou à comissão por ele designada para desenvolver e aplicar o processo de eleição;

II- serão eleitos conselheiros tutelares os 5 (cinco) candidatos mais votados, e os suplentes os 5 (cinco) candidatos mais votados em ordem decrescente de votos;

III- em caso de empate, será considerado eleito o candidato que tiver, na data da eleição, maior tempo de experiência, na área da infância e da adolescência, devidamente comprovada pela comissão do CMDCAS durante a fase de registro das candidaturas, ou o candidato mais idoso, na impossibilidade de desempate pelo primeiro critério;

IV- havendo candidatos em número inferior ao de vagas, abrir-se-á novo período de inscrição, respeitado o prazo previsto no inciso I, do artigo 10º desta lei, bem como o reflexo deste em todas as fases e julgamento dos registros das candidaturas;

V- os conselheiros tutelares eleitos, serão empossados pelo Presidente do CMDCAS, no prazo de até 60 (sessenta) dias, após a contagem dos votos.

SEÇÃO IV

DO REGISTRO DOS CANDIDATOS E DO DEFERIMENTO DO REGISTRO

Art. 10 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar Edital na imprensa local, nele constando:

I- Prazo para inscrição de candidato a Conselheiro Tutelar, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação;

II- Local e horário em que serão realizadas as inscrições;



Prefeitura Municipal de Serrana

4

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

III- Relação de documentos necessários à inscrição;

IV- Requisitos exigidos;

V - Local, horário e data de curso de capacitação.

Art. 11 Para os fins previstos no inciso III e IV, do artigo anterior, entende-se como:

I- Documentação:

a) Requerimento dirigido ao presidente do CMDCAS solicitando a inscrição;

b) Cópia autenticada do Documento de Identidade;

c) Cópia autenticada do Título de Eleitor (109ª Zona Eleitoral);

d) Cópia autenticada de comprovante de residência no município, há pelo menos 3 (três) anos;

e) Atestado de antecedentes criminais, para fins judiciais (Municipal, Estadual e Federal);

f) Cópia autenticada do Certificado de Escolaridade, mínimo de ensino médio completo;

g) Relatório dissertativo da experiência profissional do candidato (*curriculum vitae*).

h) Declaração fornecida por 2 (duas) pessoas de notória atuação na área social e filantrópica desta cidade, com reconhecimento em cartório das respectivas firmas;

II- Requisitos:

a) Mínimo de 03 (três) anos de experiência na área de defesa e atendimento à criança e ao adolescente, a ser comprovada mediante a apresentação de documento expedido por órgãos públicos ou privados, associações ou entidades pertencentes à área social da infância e adolescência;

b) Idoneidade moral comprovada;

c) Idade mínima de 21 (vinte e um) anos completos;

d) Estar em pleno gozo de seus direitos políticos;

e) Freqüência e aproveitamento em curso de capacitação a ser promovido pelo CMDCAS

Parágrafo Único. A avaliação do desempenho dos candidatos no curso de capacitação será oral e escrita, realizada por banca



Prefeitura Municipal de Serrana ⁵

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

examinadora, formada por membros do CMDCAS e/ou por convidados de reconhecido conhecimento na área.

Art. 12 Após o encerramento das inscrições o CMDCAS verificará o cumprimento das exigências quanto à documentação, requisitos e avaliação de desempenho no curso de capacitação, fazendo publicar, por edital, as candidaturas deferidas e registradas.

§ 1º Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do edital e da sua fixação em mural, para o CMDCAS receber pedidos de reconsideração da decisão que deferiu ou indeferiu os registros, os quais serão decididos no plenário do Conselho, em 03 (três) dias úteis, seguindo-se de publicação sobre a decisão.

§ 2º Decorridos os prazos para impugnações e recursos o CMDCAS publicará por 03 (três) dias consecutivos, na imprensa local, o dia, horário, local da eleição, bem como a relação dos candidatos aprovados remetendo cópias ao MM. Juiz de Direito desta cidade e ao representante do Ministério Público local, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

SEÇÃO V DOS IMPEDIMENTOS

Art. 13 São impedidos de servir no mesmo Conselho parentes consanguíneos em linha reta e colateral, até o 3º grau e os parentes por afinidade, enquanto esta durar, estendendo-se a proibição, nas mesmas linhas e grau da consanguinidade, aos adotivos.

Parágrafo Único. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício no Município.

SEÇÃO VI DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS E DOS RECURSOS

Art. 14 Qualquer munícipe poderá impugnar candidaturas, mediante requerimento devidamente justificado, dirigido ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Serrana, em até 10 (dez) dias úteis, antes da eleição.

§ 1º Recebida a impugnação, pelo Presidente do CMDCAS, será determinada à comissão do processo de escolha dos candidatos a



Prefeitura Municipal de Serrana ⁶

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP
www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

membros dos conselhos tutelares, averiguar, analisar, relatar e proferir decisão sobre a mesma, no prazo de 03 (três) dias úteis, a qual deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ser referendada pelo Presidente.

§ 2º Caso a decisão da comissão não seja aceita pelo Presidente, mediante relatório fundamentado, o mesmo convocará reunião com todos os membros do CMDCAS, a ser realizada no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a contar do prazo de referendo, na qual, pela maioria de votos dos presentes, será mantida ou reformada a decisão.

§ 3º Acatada a impugnação de uma candidatura, o Presidente do Conselho Municipal terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para comunicar oficialmente o resultado ao candidato impugnado.

Art. 15 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Serrana, por seu Presidente, receberá os recursos relativos às candidaturas impugnadas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação a que alude o parágrafo 3º do artigo anterior.

§ 1º Além do recurso escrito, o Conselho Municipal permitirá ao candidato impugnado o uso de defesa oral, em reunião convocada especificamente para esse fim.

§ 2º Os recursos serão analisados e votados pelos membros do CMDCAS, em reunião convocada para esse fim, e aceitos mediante a aprovação da maioria absoluta.

SEÇÃO VII DA REALIZAÇÃO DOS PLEITOS E DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 16 Os processos eletivos vindouros ao inaugural do conselho tutelar serão deflagrados pelo presidente do CMDCAS, observadas as fases procedimentais e prazos descritos nesta lei, tudo para que a conclusão temporal de todo o processo se dê antes do término dos mandatos dos membros em exercício.

§ 1º O Conselheiro Tutelar que se candidatar a reeleição prevista no artigo 3º desta lei deverá descompatibilizar-se com antecedência mínima de 30 (trinta dias) da data designada para a realização das eleições, sob pena de cancelamento do registro de sua candidatura.

§ 2º O Conselheiro afastado para os fins do parágrafo anterior deixará, a partir deste, de perceber o "Pró-labore", o qual passará a ser devido ao suplente efetivado.



Prefeitura Municipal de Serrana ⁷

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

Art. 17 É vedada a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura para utilização de todos os candidatos em igualdade de condições.

Parágrafo Único. É proibida, ainda, a propaganda eleitoral em veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

Art. 18 As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo CMDCAS.

Art. 19 Os votos serão apurados pelo CMDCAS ou por comissão por ele designada, sob fiscalização do Ministério Público cabendo ao Conselho apreciar eventuais impugnações que forem apresentadas pelos candidatos, no momento da apuração.

§ 1º O processo de apuração será objeto de deliberação do CMDCAS

§ 2º Concluída a apuração dos votos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, proclamará o resultado da eleição, determinando a publicação dos nomes dos candidatos eleitos e o número total de votantes.

SEÇÃO VIII DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 20 São atribuições do Conselho Tutelar:

I- atender as crianças e adolescentes cujos direitos, forem ameaçados ou violados nas hipóteses dos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, de I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente

II- atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII daquele diploma legal.

III- Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.



IV- encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V- encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI- providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no referido artigo 101, I a VI do ECA, para adolescente autor de ato infracional.

VII- expedir notificações;

VIII- requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança e adolescente, quando necessário;

IX- assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

X- representar, em nome da pessoa e da família, contra violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI- representar ao Ministério Público, para efeito das ações da perda ou suspensão do pátrio-poder;

XII- elaborar seu Regimento Interno;

XIII- fiscalizar juntamente com o Judiciário e o Ministério Público, as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento referidas no artigo 90, conforme dispõe art 95 e, constatando irregularidades, aplicar as medidas previstas no artigo 97 e seu parágrafo único, também do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 21 As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária competente a pedido de quem tenha legítimo interesse.

SEÇÃO IX DO FUNCIONAMENTO

Art. 22 O Conselho Tutelar manterá uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu regular funcionamento, utilizando-se para tanto, de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 23 O Conselho Tutelar funcionará durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, sendo que o Conselheiro Tutelar dará atendimento



diário de 7h30 às 11h30 e de 13h às 17h, observando-se uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas, de segunda a sexta-feira na sede do Conselho Tutelar, cujo endereço será definido e vinculado, sujeito ainda a plantões noturnos de Segunda à Sexta-feira, bem como em feriados, aos sábados e domingos, nos horários diurnos e noturnos, em suas respectivas residências, de acordo com a escala, segundo dispuser seu Regimento Interno.

Art. 24 Constará de Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários para o funcionamento do Conselho Tutelar, bem como para a remuneração dos conselheiros.

Parágrafo Único. Para cada exercício, a Secretaria Geral do Conselho Tutelar encaminhará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a respectiva previsão orçamentária das despesas do exercício subsequente, para que no prazo legal, seja encaminhada ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, para a necessária consolidação na proposta orçamentária do Município.

SEÇÃO X DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 25 É fixado aos membros do Conselho Tutelar uma remuneração no valor de R\$ 749,57 (setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), reajustável sempre na mesma proporção e época dos reajustes do Funcionalismo Municipal.

Parágrafo Único. Sendo o membro funcionário público municipal fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

Art. 26 O Conselheiro Tutelar poderá:

I- afastar-se de suas funções, mediante licença a ser concedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos durante cada ano de mandato;

II- gozar de recesso anual, por prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 27 O Regimento Interno disciplinará as concessões a que aludem os incisos I e II do artigo anterior, definindo as hipóteses em que o afastamento dar-se-á com direito à percepção do "Pro-labore", bem como no que tange à convocação do respectivo suplente.

Art. 28 O Conselheiro Tutelar perderá o mandato:



Prefeitura Municipal de Serrana ¹⁰

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

I- quando ausentar-se do atendimento diário por período superior a 3 (três) dias consecutivos, ou a 5 (cinco) dias alternados, no mesmo mandato, sem justificativa;

II- quando for condenado por sentença criminal, transitada em julgado;

III- pelo voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante manifestação de desconfiança tais como:

a) incapacidade funcional e produtiva;
b) falta de iniciativa, de produtividade e de responsabilidade;

c) atrasos freqüentes e injustificados, assim considerados os superiores a 05 (cinco) minutos;

d) falta de decoro público;

e) conduta incompatível com a moralidade do cargo;

f) coagir ou aliciar subordinados;

g) valer-se do cargo para proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública;

h) receber propina, comissão, presente ou vantagem de quaisquer espécie em razão de suas atribuições;

i) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

j) transferir à outra pessoa atribuições do cargo que ocupa;

l) exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;

m) praticar atos de incontinência pública e conduta escandalosa na repartição;

n) revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

o) corrupção.

Parágrafo Único. A Perda do mandato será decretada pelo Poder Judiciário, mediante aprovação do Ministério Público, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurada ampla defesa.



Prefeitura Municipal de Serrana¹¹

Rua Dr. Tancredo de Almeida Neves, 176 - CEP 14150-000 - SERRANA-SP

www.serrana.sp.gov.br - E-mail: Info@serrana.sp.gov.br

Tel/Fax: (16) 687-1611

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 O Conselho Tutelar, no prazo de 30 (trinta) dias de sua posse, elaborará seu Regimento Interno.

Art. 30 As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta de dotações próprias consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 31 Os casos omissos nesta lei serão decididos através de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 32 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 798/99, de 10 de dezembro de 1999.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA

12 de junho de 2.001.


VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NA SECRETARIA DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME


VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 -Centro- CEP 14150-000-Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987-1320 / 3987-2268

camaraserrana@terra.com.br

CNPJ: 49.230.600/0001-35

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Referência: Projeto de Lei n.º 05/2019.

Assunto: “Altera dispositivos da Lei n.º 851/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.”

Autoria: Poder Executivo Municipal.

RELATÓRIO

Cumpre-nos, na forma do Regimento Interno, emitir parecer quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade e de redação do Projeto de Lei n.º 05/2019, que altera dispositivos da Lei n.º 851/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo Municipal.

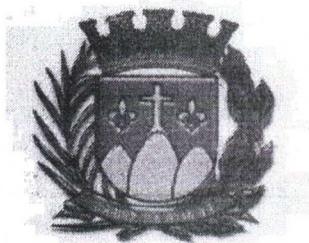
PARECER

A proposta legislativa em tela visa reajustar a remuneração dos Conselheiros Tutelares, considerando o reajuste concedido aos servidores públicos municipais, no importe 3,55 % (três vírgula cinquenta e cinco por cento), passando a remuneração daqueles para R\$ 2.031,32 (dois mil e trinta e um reais e trinta e dois centavos), a partir do dia 1º de abril de 2019.

A matéria que versa o presente projeto insere-se na competência privativa do Prefeito Municipal dispor sobre a fixação e o aumento da remuneração dos servidores públicos municipais.

Desse modo, não se verifica inconstitucionalidade ou ilegalidade no projeto em apreço, uma vez observadas as disposições do art. 44, inciso I da Lei Orgânica do Município e art. 61, inciso II, “a” da Constituição Federal.

De outro lado, quanto ao aspecto redacional e técnico, o projeto encontra-se bem redigido e obedece às técnicas legislativas para a elaboração de textos legais.



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 -Centro- CEP 14150-000-Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987-1320 / 3987-2268

camaraserrana@terra.com.br

CNPJ: 49.230.600/0001-35

Destarte, quanto aos aspectos de legalidade e de técnica redacional, o Projeto em análise está perfeitamente amparado e os seus termos são claros quanto a seus efeitos e objetivos, de modo que se encontra apto a ser apreciado e deliberado pelo Plenário desta Câmara Municipal.

Eis o parecer.

Serrana/SP, 21 de maio de 2019.

ADRIANO NETTO SOARES

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

DEWILSON BRAGA DOS REIS

Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

RICARDO ADRIANO DE LUNA FARIAS

Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 -Centro- CEP 14150-000-Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987-1320 / 3987-2268

camaraserrana@terra.com.br

CNPJ: 49.230.600/0001-35

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PARECER

Referência: Projeto de Lei n.º 05/2019.

Assunto: “Altera dispositivos da Lei n.º 851/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.”

Autoria: Poder Executivo Municipal.

RELATÓRIO

Cumpre-nos, na forma do Regimento Interno, emitir parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário do Projeto de Lei n.º 05/2019, que altera dispositivos da Lei n.º 851/2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo Municipal.

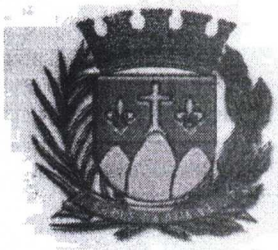
PARECER

A proposta legislativa em tela visa reajustar a remuneração dos Conselheiros Tutelares, considerando o reajuste concedido aos servidores públicos municipais, no importe 3,55 % (três vírgula cinquenta e cinco por cento), passando a remuneração daqueles para R\$ 2.031,32 (dois mil e trinta e um reais e trinta e dois centavos), a partir do dia 1º de abril de 2019.

Assim, o projeto em apreço concede apenas a revisão geral anual aos Conselheiros Tutelares do Município, dentro dos índices de correção monetária determinados pela lei federal, o que é permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Desse modo, o presente projeto de lei está de acordo com o disposto na Constituição Federal (CF) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), razão pela qual não apresenta inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Por essas razões, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação do presente Projeto de Lei n.º 05/2019.



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 -Centro- CEP 14150-000-Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987-1320 / 3987-2268

camaraserrana@terra.com.br

CNPJ: 49.230.600/0001-35

É o parecer, salvo melhor e soberano juízo do Plenário desta Casa Legislativa.

Câmara Municipal de Serrana/SP, 21 de maio de 2019.


LÚCIA ROSA DA SILVA POIARES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos

CÉLIO FRANCISCO DOS SANTOS

Membro da Comissão de Finanças e Orçamentos


MARISA LUCIANA DE OLIVEIRA

Membro da Comissão de Finanças e Orçamentos



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa nº 1048 - Jd. das Rosas - CEP 14150-000 - Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987 - 1320 / 3987 - 2268

camaraserrana@terra.com.br | CNPJ: 49.230.600/0001-35

AUTÓGRAFO Nº 23/2019

PROJETO DE LEI Nº 05/2019 – EXECUTIVO MUNICIPAL

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 851/2001, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 25, da Lei nº 851/2001, de 12 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO X

DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

“Art. 25 É fixado aos membros do Conselho Tutelar uma remuneração no valor de R\$ 2.031,32 (dois mil, trinta e um reais e trinta e dois centavos), reajustável sempre na mesma proporção e época dos reajustes do Funcionalismo Municipal.

...”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e validade a 1º de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANA/SP.

22 de Maio de 2019.

VER. DENIS DONIZETI DA SILVA

Presidente

VER. MARISA LUCIANA DE OLIVEIRA XAVIER

1ª Secretária